



**PROJECTO OTHUKUMANA III**

---

**IV FÓRUM PROVINCIAL DO  
NIASSA PARA A INFÂNCIA**

**JUNTOS PELA CRIANÇA**

**DA SEMENTE AO FRUTO: A JORNADA DA  
EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO NIASSA**

---

**RESUMO DOS TRABALHOS**



**PROJECTO OTHUKUMANA III**

---

**IV FÓRUM PROVINCIAL DO  
NIASSA PARA A INFÂNCIA**

**JUNTOS PELA CRIANÇA**

**DA SEMENTE AO FRUTO: A JORNADA DA  
EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO NIASSA**

---

**RESUMO DOS TRABALHOS**

## FICHA TÉCNICA

### **Título**

Othukumana III - IV Fórum Provincial do Niassa para a Infância  
“Juntos pela criança - Da semente ao fruto: A jornada da educação  
de infância na Província do Niassa”  
Resumo dos trabalhos

### **Coordenação**

Alexandre Silva Dunduro (FEC)  
Ana Isa Neves (FEC)

### **Redação**

Associação Amigos da Criança Boa Esperança (ACABE)  
Diocese de Lichinga | Comissão Diocesana de Educação  
Fundação Fé e Cooperação (FEC)  
Manuel Mendes

### **Revisão**

Alexandre Silva Dunduro (FEC)  
Ana Isa Neves (FEC)

### **Fotografias**

Fundação Fé e Cooperação (FEC)

### **Grafismo e paginação**

Diogo Lencastre

### **Edição**

FEC – Fundação Fé e Cooperação

### **Local de Edição**

Lisboa

### **Data de Edição**

Fevereiro 2024

Copyright © FEC | Fundação Fé e Cooperação

*Este documento foi escrito ao abrigo do antigo acordo ortográfico da Língua Portuguesa.*

*Esta publicação foi produzida no âmbito do Projeto Othukumana - Juntos III - Desenvolvimento Integrado da Infância no Niassa, com o apoio financeiro da Misereor e da Kindermissionswerk “Die Sternsinger”. O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da FEC e não reflecte necessariamente a posição dos financiadores.*

*Esta publicação é de distribuição gratuita. A sua venda é proibida.*

<b>PREÂMBULO</b> .....	<b>7</b>
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>9</b>
<b>TEMA 1 – ACESSO À EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO NIASSA (OPORTUNIDADES E DESAFIOS)</b> .....	<b>1</b>
<b>TEMA 2 – PAPEL DA CULTURA E DO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA PROTECÇÃO DA CRIANÇA: EXPERIÊNCIAS DA ACABE NA PROVÍNCIA DO NIASSA</b> .....	<b>15</b>
<b>TEMA 3 – APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E MANUAL DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA EM MOÇAMBIQUE E NA PROVÍNCIA DO NIASSA</b> .....	<b>19</b>
<b>TEMA 4 – PARTILHA DE TESTEMUNHOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: JARDIM DE INFÂNCIA PADRE EUGÉNIO MENEGON – CIDADE DE LICHINGA E ESCOLINHAS COMUNITÁRIAS DO NIASSA</b> .....	<b>23</b>
<b>CONCLUSÃO</b> .....	<b>27</b>



Formação Humana Integral, Lichinga

Num esforço contínuo para **enfrentar de maneira eficaz os desafios da educação de infância na Província do Niassa**, a Fundação Fé e Cooperação (FEC), organização não-governamental para o desenvolvimento (ONGD) e a Diocese de Lichinga, reafirmam o seu compromisso em concentrar os seus esforços para a melhoria contínua da educação em Moçambique. Assim, dando sequência aos três Fóruns Provinciais anteriores, “Juntos pela Criança”, que marcaram etapas importantes para a educação e a capacitação institucional, realizou-se o IV Fórum Provincial de Educação.

Este evento, seguindo os passos dos encontros anteriores, visou **aprofundar o compromisso com a melhoria do acesso à educação pré-escolar, especialmente nas regiões remotas da Província do Niassa, Moçambique**. O sucesso desses fóruns reflete o esforço conjunto de entidades como a **Diocese de Lichinga**, da **FEC** e da **Direcção Provincial do Género Criança e Acção Social**, que têm unido esforços e compartilhado experiências para o avanço educacional na região.

O IV Fórum Provincial “Juntos pela Criança” propõe-se a construir sobre as fundações estabelecidas pelos encontros anteriores, incorporando as lições aprendidas e as conquistas realizadas no âmbito do Projeto Othukumana – Juntos I e II. Este projeto, uma colaboração entre a Diocese de Lichinga e a FEC, exemplifica a **sinergia entre diferentes atores sociais no fomento à educação de qualidade**. Através da união de esforços, a Diocese de Lichinga, com uma participação significativa nas infraestruturas de ensino secundário, e a FEC, reconhecida por seu trabalho no domínio da educação de infância e ensino básico, demonstram o impacto positivo da colaboração focada na educação.

Este novo encontro é um marco no compromisso contínuo da FEC e dos seus parceiros para com a **promoção de um desenvolvimento humano mais integral e sustentável** nos países lusófonos, sublinhando a importância da educação inicial como um pilar fundamental para o futuro das crianças e, conseqüentemente, para o progresso das nações. O IV Fórum Provincial “Juntos pela Criança” busca não apenas dar continuidade aos esforços anteriores, mas também expandir o alcance e a profundidade do impacto positivo na educação de infância na Província do Niassa e além.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
**GOVERNO DA PROVINCIA DO NIASA**  
**DIRECÇÃO PROVINCIAL DE GÉNERO, CRIANÇA E ACÇÃO SOCIAL**  
Rua Massacre de William Telef. fax N.º 27121604  
LICHINGA



Apresentação do projecto Othukumana III, Direcção Provincial de Género Criança e Acção Social, Lichinga



Concentrando-se no bem-estar global e no desenvolvimento abrangente das crianças como um alicerce essencial para o avanço de comunidades e do país inteiro, a **importância de unir esforços e conhecimentos em prol de uma intervenção infantil cada vez mais profunda e de alta qualidade torna-se evidente.**

A convicção de que a sinergia entre as diferentes visões, saberes e experiências relativas à infância é fundamental para a replicação e ampliação de práticas benéficas, evidenciando, assim, a **necessidade crítica de espaços dedicados à reflexão conjunta** e ao compartilhamento entre os agentes que colocam a valorização da infância e o ensino pré-escolar no centro de suas acções, como são os casos da FEC - Fundação Fé e Cooperação e a Diocese de Lichinga.

Neste contexto, o IV Fórum Provincial “Juntos pela Criança” foi projectado para **reflectir sobre os mecanismos que promovem a melhoria da qualidade e do acesso à educação de infância na Província do Niassa.** Com objectivos definidos, o Fórum procurou:

1. Mapear e debater os principais obstáculos enfrentados na educação infantil na Província do Niassa, visando uma compreensão abrangente das barreiras existentes;
2. Facilitar a troca de experiências e práticas exemplares no âmbito da educação de infância, promovendo um ambiente rico em aprendizagem mútua;
3. Estimular uma cooperação efetiva entre diversas entidades envolvidas no sector de educação infantil na Província do Niassa, fomentando uma abordagem colaborativa;
4. Sugerir estratégias práticas e diretrizes políticas que contribuam para a elevação da qualidade da educação infantil em Moçambique.

Este Fórum Provincial “Juntos pela Criança” ambicionou ser um **catalisador para o diálogo produtivo entre múltiplos stakeholders**, com o intuito de enfrentar os desafios, disseminar as melhores práticas e formular soluções inovadoras que impulsionem o ensino infantil em Moçambique, e particularmente na Província do Niassa. Tal iniciativa sublinha o papel crítico da educação infantil no desenvolvimento individual das crianças, preparando o terreno para o seu futuro sucesso e, por extensão, para o desenvolvimento sustentável da nação.



Semana da Criança, Feira de Jogos e Brincadeiras, Escola Primária Completa da Cerâmica, Lichinga



## TEMA 1 – ACESSO À EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA NA PROVÍNCIA DO NIIASSA (OPORTUNIDADES E DESAFIOS)

*Oradora:*

**Magda Jossefa**, Técnica Pedagógica de Educação de Infância (FEC)

### EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE

A Educação Pré-escolar em Moçambique tem recebido atenção especial dentro do quadro de políticas de desenvolvimento infantil do país, conforme estabelecido no Plano Nacional de Acção para a Criança II (PNAC) - Educação e Lazer, que foi implementado de 2013 a 2019. Um dos objectivos específicos delineados no PNAC era o aumento da rede de Educação Pré-escolar. A meta associada a este objectivo era ambiciosa: expandir o acesso das crianças à educação pré-escolar de qualidade, elevando a taxa de participação dos 4% registados na época para 15% até o final de 2019.

Para alcançar essa meta, foram propostas acções focadas na expansão do acesso das crianças à educação pré-escolar. Isso incluiu a implementação da Estratégia do Desenvolvimento Integral da Criança em Idade Pré-Escolar, que visa criar um ambiente abrangente para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças antes de ingressarem no ensino fundamental. Estas acções são consistentes com os objectivos mais amplos estabelecidos no plano estratégico de educação do país para a próxima década, de 2020 a 2029, que continua a enfatizar a importância da frequência e da expansão da rede de Educação Pré-escolar como fundamentos para o sucesso educacional a longo prazo

### FREQUÊNCIA DA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM MOÇAMBIQUE,

Em Moçambique, verifica-se uma disparidade significativa entre a população de crianças na faixa etária dos 3 aos 5 anos e aquelas que efectivamente frequentam a educação pré-escolar (EPE). Com 97% da população infantil (2.900.000 crianças) fora do sistema de educação pré-escolar, apenas 3% (101.259 crianças) estão inscritas e frequentam a EPE. Este contraste acentuado destaca uma questão crítica na acessibilidade e/ou disponibilidade de oportunidades educacionais para a primeira infância, um ponto fundamental que requer atenção imediata das partes interessadas. A educação na primeira infância é amplamente reconhecida como crucial para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças, e esse baixo índice de frequência sugere a necessidade de políticas e iniciativas robustas para expandir o acesso à EPE e melhorar a qualidade do ensino nesta etapa inicial.

## OFERTA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Uma grande maioria, 98% (99.907 unidades), da oferta de EPE em Moçambique é provida pelo sector privado ou comunitário, enquanto que uma fracção muito menor, de apenas 2% (1.552 unidades), é atendida pelo sector público.

Este dado revela uma predominância do sector público na oferta de educação pré-escolar, o que pode sugerir um esforço significativo do governo para disponibilizar a EPE. No entanto, a presença limitada do setor privado/comunitário na oferta total pode indicar uma oportunidade ou necessidade de maior envolvimento de entidades não estatais na expansão da educação pré-escolar, especialmente considerando o contexto anterior que mostra baixas taxas de frequência à EPE.

A concentração da oferta no sector público pode reflectir também desafios relativos à qualidade, diversidade e acessibilidade da educação pré-escolar. Essa configuração pode exigir políticas que incentivem uma maior participação do sector privado e comunitário, além de garantir que a oferta pública atenda aos padrões de qualidade necessários para um desenvolvimento infantil eficaz.

## REDE DE OFERTA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

A Estratégia do Desenvolvimento Integral da Criança em Idade Pré-Escolar apresenta a distribuição da rede de oferta da educação pré-escolar, mostrando a participação dos diferentes tipos de instituições que fornecem esse serviço. De acordo com o documento, as Escolinhas Comunitárias constituem a maioria da oferta, com 53%. Os Centros Privados também representam uma parcela significativa, com 43%. Em contraste, as Escolas com programa de prontidão escolar acelerada compõem 3% da oferta, enquanto os Centros Infantis Públicos formam uma parte muito pequena, somente 1%.

Este panorama sugere que a educação pré-escolar em Moçambique é predominantemente fornecida por instituições comunitárias e privadas, o que pode reflectir uma preferência ou necessidade da população em recorrer a serviços fora do sistema público devido à escassez de opções governamentais. A presença mínima de instituições públicas nesse sector é um indicativo de que há uma grande oportunidade para o investimento e expansão da educação pré-escolar pública no país. A distribuição actual ressalta a importância das comunidades locais e do sector privado na oferta de serviços de educação pré-escolar, e talvez revele uma área de atenção para políticas futuras visando uma maior equidade e acessibilidade na educação das crianças moçambicanas.

## ACESSO À EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR NO NIASSA – UMA VISÃO DO NIASSA

Segundo o Censo de 2017, a Província do Niassa tem uma população de 1 810 794 pessoas (48% homens e 52% mulheres) dos quais, 26% são crianças entre os 0 e os 6 anos. Colocando em perspectiva a proporção de crianças na faixa etária dos 3 aos 5 anos que estão efectivamente matriculadas em instituições de EPE, apenas 1,5% das crianças, num total de 3.331, frequentam a EPE, enquanto uma esmagadora maioria de 99% dessa população infantil, correspondendo a 222.068 crianças, não está matriculada em programas de educação pré-escolar.

Estes números destacam uma preocupante lacuna na educação inicial no Niassa, apontando para uma necessidade urgente de expansão e melhoria do acesso à EPE. O contraste acentuado entre a população e a frequência sugere que políticas e iniciativas significativas devem ser implementadas para promover a inclusão educacional nesta fase crítica do desenvolvimento infantil, alinhando-se com os objectivos do Plano Nacional de Acção para a



Criança II e o plano estratégico de educação do país. É fundamental que tais esforços sejam intensificados para assegurar que uma maior proporção de crianças tenha a base educacional que é crucial para o seu desenvolvimento integral e para o progresso a longo prazo da sociedade moçambicana.

#### NÚMERO DE JARDINS DE INFÂNCIA E ESCOLINHAS COMUNITÁRIAS DO NIASSA (ECN) POR DISTRITO NA PROVÍNCIA DO NIASSA

#	Distrito	Nº de JI e ECN
1	Lichinga	5JI
2	Mandimba	1JI
3	Ngauma	2JI
4	Cuamba	2JI e 9 ECN
5	Mecanhelas	1JI
6	Marrupa	1JI
7	Metarica	1JI
8	Sanga	1 ECN
9	Mecula	1JI

#### RAZÕES DA POUCA FREQUÊNCIA AO PRÉ-ESCOLAR NO NIASSA

##### Fraca aposta do governo

- O Plano Estratégico do Niassa 2018-2029 não estabelece nenhuma prioridade relacionada com a educação da criança e/ou protecção.

##### Pouca oferta de Estabelecimentos Pré-escolar na província

- A Província do Niassa possui 16 distritos, mas apenas 24 estabelecimentos de EPE distribuídos em 9 distritos.

##### Pobreza

- O pré-escolar é um subsistema caro, mais caro que as mensalidades numa escola secundária privada, em outras províncias equiparam-se às mensalidades de um curso de licenciatura numa universidade privada.



Campanha de sensibilização, Bairro Adine II, Cuamba



## TEMA 2 – PAPEL DA CULTURA E DO ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE NA PROTECÇÃO DA CRIANÇA: EXPERIÊNCIAS DA ACABE NA PROVÍNCIA DO NIASSA

*Orador:*

**Victor Maulana**, Director Executivo – ACABE

### BREVE APRESENTAÇÃO DA ACABE - ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CRIANÇA BOA ESPERANÇA

A ACABE - Associação Amigos da Criança Boa Esperança, é uma organização de carácter cultural e educativo, dedica-se a trabalhar por crianças em situações vulneráveis na Província do Niassa. A organização estabelece-se como uma força significativa para as próprias crianças, visando promover e proteger os seus direitos nas comunidades às quais pertencem. A Visão é ver crianças saudáveis, vibrantes e criativas participando activamente em questões relativas aos seus direitos. A missão da ACABE é desenvolver projectos e acções que fomentem essa participação activa, incentivando as iniciativas das crianças até que elas realizem os seus sonhos. Um exemplo disso é a menina que se apresentou neste fórum para declamar poesia, uma evidência do impacto do nosso trabalho.

O nosso objectivo inclui o desenvolvimento cultural através do registo de danças tradicionais da Província do Niassa. Utilizamos tanto a música tradicional quanto a moderna para fomentar questões de interesse público e promover o desenvolvimento saudável e harmonioso de crianças, adolescentes e da comunidade em geral. Isso é feito oferecendo uma educação que se baseia em valores culturais, morais e físicos, essenciais para a formação da personalidade e para a construção de uma sociedade ética. O nosso trabalho

também envolve ensinar o respeito mútuo entre crianças e adultos, além de estabelecer parcerias com instituições que compartilham nossos objectivos, como a FEC – Fundação Fé e Cooperação.

Ao ser contemplado para apresentar este tema, o meu objectivo era compreender o papel da cultura e o envolvimento da comunidade na protecção das crianças. Infelizmente, percebi que estava equivocado nalgumas das minhas suposições iniciais. Contudo, questionar a importância da cultura revelou-se um ponto de partida muito amplo. Durante a minha pesquisa, encontrei informações valiosas que acreditei serem pertinentes para compartilhar neste IV Fórum Provincial, especialmente aquelas que simbolizam a cultura através da música e da dança tradicional. Aqui, destaca-se a maneira como a música e a dança tradicional emergem como veículos para a disseminação dos direitos das crianças.

### Contexto

Abordando a importância da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela Assembleia Geral da ONU, enfatizamos como Moçambique, em conjunto com a comunidade internacional, tem feito progressos significativos na protecção dos direitos das crianças. Isso inclui a adopção de políticas,

estratégias e outros instrumentos voltados para o bem-estar infantil. No entanto, ainda enfrentamos desafios, como as uniões prematuras que afetam quase 40% das crianças moçambicanas, forçadas a entrar em relações matrimoniais antes dos 18 anos.

Em suma, a ACABE esforça-se para mitigar práticas culturais nocivas e promover uma maior consciencialização sobre os direitos das crianças. O nosso trabalho visa encorajar a participação activa das comunidades e garantir que as crianças tenham acesso à educação, saúde, lazer, cultura e dignidade. Reconhecemos que mudar a mentalidade e aumentar a consciencialização nas comunidades requer persistência, e o envolvimento efectivo dos líderes comunitários e institucionais é crucial para o sucesso de nossas iniciativas.

Assim como Moçambique, outros países africanos têm registado progresso significativo na promoção dos direitos da criança, merecendo melhorias no quadro legal e nas intervenções tanto de actores estatais quanto não estatais, ao nível comunitário e internacional. Apesar desses avanços, as uniões prematuras permanecem como um dos principais desafios para o exercício pleno dos direitos da criança na região sul-africana. Surpreendentemente, quase 40% das crianças são forçadas a entrar em relações matrimoniais antes de atingirem 18 anos, com Moçambique a figurar entre os países com as maiores taxas de casamentos prematuros a nível mundial.

Por que trago este tema à discussão? O objectivo é reflectir sobre a responsabilidade colectiva de não atribuir a culpa exclusivamente aos pais, pois as consequências afetam profundamente as crianças, limitando seu potencial de desenvolvimento. Uma criança que tem a oportunidade de aprender a ler e escrever, e compreende a importância da educação, tem maiores chances de evitar o casamento precoce. Destaco, portanto, a importância do ensino pré-escolar e a necessidade de incentivar a criação de escolas comunitárias.

## O PAPEL DA CULTURA NA PROTECÇÃO DA CRIANÇA

A cultura, com suas múltiplas dimensões, oferece um rico conjunto de conhecimentos, práticas, valores e associações que influenciam directamente o comportamento das crianças e sua forma de interagir com o mundo. Desde a linguagem até ocupações típicas definidas por género, a cultura molda a infância e acompanha os indivíduos ao longo das suas vidas. Nalgumas comunidades, as expectativas culturais podem priorizar o casamento em detrimento da educação, colocando a escolaridade em segundo plano.

Essa influência cultural não apenas molda as percepções e comportamentos das crianças, mas também pode ser utilizada positivamente para promover o desenvolvimento cognitivo. Através do contacto com objectos, eventos e actividades culturais, as crianças aprendem valores, desenvolvem memória, superam a timidez e descobrem novas habilidades. Por exemplo, práticas como ensinar os meninos a manusear ferramentas tradicionais preparam-nos para os papéis esperados na comunidade, mas também reforçam estereótipos de género.

Por exemplo, em Majune, numa das comunidades em que estávamos a trabalhar, uma escola havia sido construída. Contudo, por razões políticas, surgiu um problema: uma parte da população não podia frequentar essa escola, alegadamente por serem membros de um partido da oposição. Consequentemente, a escola foi abandonada; ninguém frequentava as aulas. As crianças permaneciam sem educação porque a escola era associada a um partido político específico. Levamos este problema ao governo provincial e, como consequência, os professores foram notificados e designados, e começamos um trabalho de sensibilização, enfatizando que a escola não tinha ligação com políticas partidárias, que a educação é para todos.





A importância da cultura surge nesse contexto como diretamente relacionada à geração de conhecimento e ao exercício do pensamento, valores essenciais para o desenvolvimento da sociedade. A cultura tem um papel importante na formação pessoal, moral e intelectual do indivíduo e no desenvolvimento da sua capacidade de se relacionar com os outros. No passado, recebia conselhos dos meus pais através de histórias, uma forma rica de educação que, infelizmente, tem vindo a desaparecer com o tempo. Hoje, as tecnologias transformaram a nossa realidade, muitas vezes distanciando-nos das nossas raízes culturais.

No que diz respeito ao envolvimento da comunidade na protecção da criança, observa-se que, durante o desenvolvimento das actividades do projecto, os líderes comunitários, após um período inicial de resistência, desempenham um papel crucial no processo educacional. Isso mostra que, quando um projeto chega a uma comunidade, a estratégia utilizada pode enfrentar resistência inicial, mas, com trabalho persistente, essa resistência pode ser superada, beneficiando a comunidade e as crianças. A participação activa e afectiva das crianças é quase a mesma nos novos distritos.

Especificamente sobre as actividades em parceria com a FEC, notamos um comprometimento dos líderes comunitários em promover e proteger os direitos das crianças, evidenciando uma colaboração frutífera, embora reconhecemos que sempre há espaço para melhorias. As práticas culturais prejudiciais aos direitos das crianças, como levá-las para níveis de iniciação como uma questão escolar, estão a ser desconstruídas.

Ao longo desta jornada, aprendemos que as comunidades, especialmente os seus líderes, quando bem informados e sensibilizados, desempenham um papel fundamental na promoção de mudanças, incluindo a alteração de hábitos e práticas culturais. A persistência é um fator chave no processo de mudança de mentalidade e sensibilização das comunidades. O envolvimento eficaz dos líderes institucionais é constante e crucial. Descobrimos que, quanto maior a distância das comunidades, menor é o nível de informação sobre os direitos da criança, destacando a necessidade de disseminar esses direitos amplamente.

As comunidades distantes, localizadas a 60 ou 70 km de distância, enfrentam desafios significativos, especialmente para as mulheres com necessidades obstétricas, que frequentemente precisam de deixar as suas comunidades em busca de assistência médica. Esta situação evidencia uma lacuna de informação que se estende aos direitos das crianças. Sem iniciativas locais, ou apoio governamental ou incentivo de organizações como a ACABE, é desafiador melhorar as condições de vida dessas crianças. Portanto, **a ACABE propõe três linhas de acção para mitigar esses impactos negativos:**

- Investir em planos de acção voltados para o desenvolvimento integral da criança;
- Garantir recursos equitativos para a participação infantil e;
- Reformular políticas e programas que abordem o abuso infantil.

A tomada de decisão familiar e comunitária é crucial. Por exemplo, a simples decisão de uma criança querer comer frango pode parecer trivial, mas ilustra a importância de ouvir e considerar as opiniões dos jovens em decisões cotidianas. Essa prática fortalece o processo de tomada de decisão colectiva e ressalta a necessidade de políticas e programas que fomentem a participação activa das crianças nas suas comunidades e famílias.

As políticas devem ser adaptáveis e responder ao contexto real em que são aplicadas, identificando e preenchendo lacunas para efectivamente atender às necessidades da população.

A discussão estende-se à importância dos rituais de iniciação e ao papel das mulheres na sociedade. Tais rituais, embora enraizados na tradição, necessitam de uma análise crítica para assegurar que não prejudiquem o desenvolvimento e a educação das crianças. A pressão para casamentos prematuros, frequentemente apoiada por práticas culturais, destaca a responsabilidade das mulheres em educar as suas filhas sobre a importância da educação e da autonomia antes do casamento.

### Concluindo

A educação começa em casa. Em ambientes familiares conturbados, as crianças podem ser privadas de um desenvolvimento saudável. Muitas vezes, as crianças são deixadas à própria sorte, sem orientação ou apoio parental adequado. A presença de ensinamentos positivos é crucial, assim como é necessário questionar práticas exageradas que possam limitar o potencial das crianças.

A responsabilidade pela educação e bem-estar das crianças é compartilhada entre pais, comunidade e Estado. É fundamental reconhecer a influência da cultura e trabalhar colectivamente para promover práticas que apoiem o desenvolvimento integral das crianças. Isso inclui repensar rituais de iniciação e garantir que a educação seja priorizada sobre tradições que possam impedir o progresso das crianças.

Concluindo, é fundamental reconhecermos o papel da sociedade na protecção e no desenvolvimento das crianças. Todos nós, família, sociedade em geral e o Estado, temos o dever de garantir que as crianças e adolescentes tenham seus direitos assegurados, incluindo o direito à vida, saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura. Se a sociedade falha nesse compromisso, os direitos das crianças ficam em risco. Através de exemplos cotidianos e da consciencialização sobre o impacto das práticas culturais, podemos trabalhar juntos para proteger e promover os direitos de todas as crianças, desafiando as normas prejudiciais e incentivando a participação activa e consciente nas suas comunidades.



## TEMA 3 – APRESENTAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E MANUAL DE PROTECÇÃO DA CRIANÇA EM MOÇAMBIQUE E NA PROVÍNCIA DO NIASSA

Orador:

Manuel Mendes, Consultor Internacional



### NOTAS SOBRE O DIAGNÓSTICO DA PROTECÇÃO DA CRIANÇA EM MOÇAMBIQUE E PROVÍNCIA DO NIASSA<sup>1</sup>

A situação da criança na Província do Niassa é complexa, com poucos estudos e dados quantitativos disponíveis para uma análise aprofundada. No entanto, os dados disponíveis, ainda que limitados, proporcionam uma visão crítica da realidade enfrentada pelas crianças nesta região, bem como em Moçambique como um todo. A população infantil representa cerca de 57% do total, um contraste acentuado em comparação com países como Portugal, onde a proporção de crianças não ultrapassa os 18%. Em particular, na Província do Niassa, algumas cidades exibem percentuais ainda mais elevados de população infantil, destacando a urgência em endereçar as suas necessidades específicas.

O futuro da nação está intrinsecamente ligado ao bem-estar e ao desenvolvimento desta geração de crianças e jovens. Dado que a esperança média de vida em Moçambique é de apenas 60 anos, questiona-se que futuro esperam estas crianças nas próximas duas décadas. Este cenário ressalta a importância de investir nos pilares fundamentais do desenvolvimento infantil: saúde, educação e protecção social.

1 – [https://fecongond.org/pdf/Diagnostico\\_Othukumana\\_2023.pdf](https://fecongond.org/pdf/Diagnostico_Othukumana_2023.pdf)  
[https://www.fecongond.org/pdf/Manual\\_Othukumana\\_2023.pdf](https://www.fecongond.org/pdf/Manual_Othukumana_2023.pdf)

Na área da saúde, a Política Nacional de Saúde Neonatal e Infantil destaca desafios como fatores económicos, socioculturais, de género, nutricionais, ambientais, além de mortalidade materna e violência contra as crianças. Apesar de haver melhorias em áreas como vacinação e redução da mortalidade infantil, questões como a prevalência do HIV permanecem preocupantes, com a Província do Niassa apresentando percentuais mais baixos em comparação ao restante do país.

No campo da educação, a ênfase recai sobre o subsistema de educação pré-escolar, com o objectivo de expandir o acesso de apenas 4% para 15% das crianças até 2019, conforme estabelecido no Plano Nacional de Acção para a Criança II. Apesar do objectivo ambicioso, a realidade mostra que uma grande parte das crianças em idade pré-escolar frequentam “escolinhas comunitárias”, evidenciando a necessidade de fortalecer essas iniciativas locais.

A protecção social é outro pilar crucial, intimamente ligado à luta contra a pobreza. Embora estudos indiquem uma redução da pobreza em Moçambique, a pobreza extrema continua alta, afectando desproporcionalmente as crianças. Programas de subsídio, como o Programa Subsídio Social Básico e o Programa Apoio Social Directo, são essenciais, mas insuficientes para atender a todas as necessidades.

Para enfrentar esses desafios, é vital uma maior integração entre as iniciativas comunitárias, solidárias e públicas, formando uma rede de apoio mais eficaz. O investimento não deve ser apenas na criação de novas estruturas, mas principalmente no aprimoramento e funcionamento dos sistemas já existentes. A união dessas forças é crucial para garantir um futuro melhor para as crianças da Província do Niassa e, por extensão, para todo o país.

## NOTAS SOBRE O MANUAL “OS CAMINHOS PARA OS DIREITOS DA CRIANÇA EM MOÇAMBIQUE”

O manual pode ser entendido como uma proposta baseada no diagnóstico. Foi intitulado “Caminhos para os Direitos da Criança em Moçambique”, uma escolha deliberada para enfatizar que os direitos das crianças não são apenas um ponto de chegada, mas sim uma jornada constante de melhorias e esforços contínuos. Este manual é percebido não como um trabalho concluído, mas como um caminho em permanente construção, especialmente enquanto existirem crianças em situação de vulnerabilidade, profissionais dedicados e pessoas interessadas em promover o bem-estar infantil.

Baseando-se na Convenção sobre os Direitos da Criança e no Plano Nacional de Acção para a Criança (PNAC2), o manual aborda quatro grupos fundamentais de direitos: sobrevivência, desenvolvimento, protecção e participação. No que diz respeito à sobrevivência, são destacadas a saúde e a nutrição; quanto ao desenvolvimento, a ênfase recai sobre a educação pré-primária; em relação à protecção, enfoca-se nas diversas formas de abuso infantil, abrangendo desde os comitês locais até os tribunais. O manual também menciona os padrões mínimos de atendimento à criança, aprovados pelo Ministério em 2013, que incluem apoio psicossocial, habitação e fortalecimento económico, refletindo os principais pontos identificados no diagnóstico como áreas problemáticas.



Para abordar esses desafios, o manual propõe três tipos de caminhos: solidários, públicos e comunitários. Os caminhos solidários destacam a importância de instituições como a UNICEF, a obra social da Diocese, a FEC, a ACABE, a UNIROVUMA, todas comprometidas com a solidariedade e apoio às crianças. Estas entidades trabalham em conjunto com as vias públicas – judiciais, policiais e administrativas – e, não menos importante, com os caminhos comunitários, que, embora possam ter menos poder formal, são cruciais para o suporte direto às crianças em suas próprias comunidades.

No contexto específico abordado, as coligações comunitárias e os comitês comunitários para a protecção da criança são cruciais. A eficácia deste sistema

é comparada a uma rede de estradas, onde há duas possibilidades: ou as estradas são bem construídas, cruzam-se e complementam-se mutuamente, fortalecendo a rede e tornando-a eficaz, ou são estradas que se intersectam de forma descoordenada, tornando-se ineficazes. O grande desafio, conforme apresentado no manual, não é inventar novos métodos, mas sim fortalecer, dar funcionalidade e promover a articulação entre os caminhos comunitários, distritais e públicos.

O objectivo é ter consciência desses caminhos, valorizá-los e aprofundar seu funcionamento. Se este manual contribuir para alcançar essa meta, considerarei minha missão cumprida. Obrigado.



Supervisão Pedagógica, Escolinha Comunitária de CFM, Cuamba



## TEMA 4 – PARTILHA DE TESTEMUNHOS SOBRE A EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: JARDIM DE INFÂNCIA PADRE EUGÉNIO MENEGON – CIDADE DE LICHINGA E ESCOLINHAS COMUNITÁRIAS DO NIIASSA

*Orador 1:*

**Irmã Teresa Kalende**, Coordenadora do Jardim de Infância Pe. Eugénio Menegon

A Igreja, seguindo as palavras e o pensamento de nosso fundador, concentra-se em contribuir para o desenvolvimento integral da criança por meio da educação. Infelizmente, ainda existem milhares de crianças que vivenciam realidades que pouco diferem da escravidão. É essencial reconhecer que estas não são apenas crianças; são seres humanos completos, cada um com um nome, um rosto e uma identidade divinamente atribuída.

Como destacado pelo Papa Francisco, frequentemente negligenciamos a nossa responsabilidade e fechamos os olhos para a exploração dessas crianças, que são privadas não apenas do direito de brincar, estudar ou receber cuidados médicos, mas também do aconchego familiar. Cada criança marginalizada e abandonada, sem acesso à educação ou saúde, detém direitos inalienáveis. Esses direitos são um apelo direto a Deus e um desafio ao sistema que nós, adultos, estabelecemos.

A nossa compreensão da verdade está profundamente enraizada na origem da nossa congregação, a qual foi estabelecida especificamente com o propósito de promover a educação. Este compromisso é uma resposta à necessidade urgente de abordar as condições adversas enfrentadas pelas crianças ao redor do mundo, e reflecte a nossa missão de garantir que cada criança tenha a oportunidade de alcançar seu potencial pleno, conforme o plano divino.

Um sacerdote catalão de Espanha deixou um legado de transformação social por meio da educação, com especial enfoque na mulher e, primordialmente, na criança. Ele defendia que a verdadeira educação deve ir além do ensino da leitura e da escrita, promovendo uma transformação que começa na mente e no coração das crianças e se estende aos pais, gerando um ciclo virtuoso de aprendizado e desenvolvimento. Para esse sacerdote, uma educação meramente funcional não tem o poder de transformar.

Ele vislumbra a escola não apenas como um local de ensino, mas como um “lugar de vida” - um espaço onde os pais se sentem acolhidos, participativos e capazes de contribuir para o bem-estar e progresso da instituição. Este conceito de “lugar de vida” enfatiza a importância de criar um ambiente familiar na escola, onde os pais possam expressar seus desejos e contribuições para o desenvolvimento da criança.

Para materializar essa visão, foram implementadas formações parentais abordando temas como o desenvolvimento social da criança, a importância da comunicação, os direitos e deveres das crianças, orientando sobre o papel dos pais e destacando a importância do trabalho colaborativo entre pais, responsáveis e a escola. Este esforço contou com o apoio da FEC, cuja colaboração foi fundamental para o sucesso do projecto.

Os resultados desses esforços começam a ser notados: pais mais envolvidos e participativos, que interagem e compartilham opiniões, assumindo a responsabilidade pelo desenvolvimento de seus filhos. Um desafio adicional enfrentado foi a pandemia da COVID-19, que obrigou o encerramento do jardim-de-infância por aproximadamente um ano e seis meses, colocando à prova a resiliência e a capacidade de adaptação da comunidade escolar.

Essas experiências reforçam a convicção de que a educação, quando abordada de maneira holística e inclusiva, tem o poder de transformar não apenas indivíduos, mas toda uma comunidade, preparando o terreno para um futuro mais promissor para as crianças e suas famílias.

Após a reabertura pós-pandemia, as dinâmicas das atividades educativas tiveram de sofrer ajustes significativos para cumprir com as novas regras sanitárias, como o distanciamento social, o uso de máscaras, a lavagem frequente das mãos, a desinfecção dos espaços e a redução do número de crianças atendidas. Essas medidas, apesar de necessárias, impactaram negativamente a interação social entre as crianças, fundamental para o seu desenvolvimento. Contudo, essas circunstâncias desafiadoras também trouxeram benefícios, como a melhoria nas condições de saneamento da instituição e inovação em atividades de higiene pessoal e colectiva.

Outro desafio enfrentado foi a adaptação às exigências da fase pós-COVID-19, especialmente em relação aos recursos financeiros limitados, o que inicialmente gerou pressão e sensação de desamparo. Com o tempo, contudo, a situação foi se estabilizando, permitindo uma abordagem mais tranquila e colaborativa, beneficiando tanto as crianças quanto a sociedade.

Olhando para o futuro, nosso principal objectivo é implementar uma metodologia cooperativa que incute, desde cedo, um espírito de trabalho em equipe e democracia entre as crianças. Pretendemos também continuar a formação com os pais e responsáveis, enfatizando a importância da educação, além de explorar novas parcerias, como a proposta pela ACABE, que se mostrou aberta a colaborar. Um dos projectos mais empolgantes é a implementação de actividades musicais, reconhecendo a música como um meio essencial para o desenvolvimento emocional e cognitivo das crianças.

Finalmente, acreditamos que o nosso trabalho deve envolver uma interacção contínua entre governo, instituições dedicadas ao desenvolvimento infantil e os jardins-de-infância na nossa província. O objectivo é assegurar um desenvolvimento integral e completo das crianças.

Agradeço a todos pela atenção e pelo apoio contínuo ao nosso trabalho.



**Sr. Paulino Paissone, Supervisor Geral das Escolas Comunitárias do Niassa**

Início esta apresentação destacando a importância e o trabalho das Escolas Comunitárias do Niassa (ECN), que abrangem um total de 10 escolas, sendo 9 localizadas no distrito de Cuamba. Distribuídas entre o Posto Administrativo de Etatara, Mitucué e o Posto Administrativo do Lúrio, além de uma escola pública de Cuamba. Essas instituições beneficiam 417 crianças de ambos os sexos, sendo 193 do sexo masculino e 224 do sexo feminino.

Operando de segunda a sexta-feira, as escolas funcionam com um horário fixo, iniciando e concluindo suas atividades após oito horas de trabalho diário. A gestão dessas escolas fica a cargo das próprias comunidades, que participam ativamente na melhoria das instalações, colaborando na construção e manutenção, evidenciando o grande interesse dos pais e responsáveis.

Além do apoio comunitário, as escolas contam com a colaboração da FEC, representada por uma técnica formadora que promove capacitação aos monitores e supervisores. Essas formações visam reforçar as habilidades pedagógicas, além de abranger a formação humana e os direitos da criança. É importante mencionar também as iniciativas de formação parental, essenciais para sensibilizar sobre a importância da colaboração dos pais e encarregados de educação nos processos educativos.

No âmbito do projeto, foram promovidas atividades como a criação do Comitê de Proteção da Criança, que oferece suporte e orientação sobre os direitos das crianças. O projeto Othukumana III foi particularmente benéfico, oferecendo papas enriquecidas às crianças e contribuindo significativamente para o seu bem-estar.

Olhando para o futuro, os esforços concentram-se em superar desafios e criar projetos sustentáveis que garantam a continuidade das escolas após o término do projeto atual. Apesar dos desafios, como a manutenção das moageiras e furos de água, há um compromisso contínuo com a busca de soluções para a sustentabilidade dessas importantes instituições educativas.

Nos três anos de implementação do projeto, a técnica formadora promoveu diversas visitas às escolas, reforçando a importância da proximidade e do acompanhamento constante aos monitores, garantindo assim a qualidade da educação oferecida às crianças da comunidade.

Agradeço a atenção de todos e estou aberto para quaisquer questões ou discussões futuras.



Visita do Consultor de Protecção da Criança ao Comité Comunitário de Protecção da Criança do bairro dos Trabalhadores, Massangulo

**Alexandre Silva Dunduro**, Gestor do Projecto Othukumana Juntos III (FEC)

O IV Fórum Provincial de Educação “Juntos pela criança - Da semente ao fruto: A jornada da Educação de Infância na Província do Niassa” marcou um passo importante no compromisso contínuo da Fundação Fé e Cooperação (FEC), Diocese de Lichinga e seus parceiros, em promover e melhorar a educação infantil na província. O fórum destacou a importância crítica de abordar os desafios enfrentados na educação pré-escolar, especialmente em áreas remotas, e sublinhou o valor da colaboração entre diferentes actores sociais para alcançar avanços significativos neste campo.

Ficou evidente a necessidade urgente de expandir o acesso e a qualidade da educação pré-escolar, conforme demonstrado pelas estatísticas alarmantes sobre a baixa frequência de crianças em programas de Educação Pré-Escolar (EPE) e a predominância da oferta de EPE pelo sector privado e comunitário, com contribuições limitadas do sector público. Além disso, o fórum trouxe à tona a importância de abordagens inclusivas e holísticas que considerem a cultura, a comunidade e a protecção da criança como elementos fundamentais para o desenvolvimento de programas educacionais eficazes.

É necessário encontrar um caminho orientador para a integração de esforços entre os caminhos solidários, públicos e comunitários, sem necessariamente inventar novos métodos, mas fortalecer, articular e dar funcionalidade aos sistemas já existentes. A colaboração entre o governo, as instituições de desenvolvimento infantil e os jardins-de-infância é vital para garantir um desenvolvimento abrangente e integral das crianças.

Por fim, os testemunhos compartilhados sobre a educação de infância, quer pelo Jardim de Infância Padre Eugénio Menegon quer pelas Escolinhas Comunitárias do Niassa, revelaram as realidades enfrentadas por essas instituições, os desafios impostos pela pandemia da COVID-19 e a importância de parcerias para superar esses obstáculos. Ressaltam o impacto transformador da educação e a necessidade de envolver pais e comunidades no processo educacional.

Concluimos, portanto, que a jornada da educação de infância na Província do Niassa tem sido uma empreitada colectiva que requer o compromisso, a inovação e a colaboração de todos os envolvidos. É através do fortalecimento de parcerias, do investimento em recursos e do compromisso contínuo com a melhoria da qualidade educacional que podemos assegurar um futuro promissor para as crianças da província, garantindo que a semente plantada hoje possa florescer e oferecer frutos abundantes amanhã.



IV Fórum Provincial da Criança, Lichinga



Oficina de Didática Integrada, Lichinga



Local de encontro com Comité Comunitário de Protecção da Criança do Bairro Adine 2, Cuamba



Formação de Protecção da Criança aos Técnicos da repartição da criança dos Serviços Distritais de Saúde Mulher e Acção Social, Lichinga



Visita para Auscultação para formação do Comité Comunitário de Protecção da Criança de Muheia, Cuamba



UMA PARCERIA:



COM O APOIO DE:

